

Interpretando a Modernização Conservadora: A Imaginação Sociológica Brasileira em Tempos Difíceis

Fernando Perlatto

Fernando Perlatto

é professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).
E-mail: fperlatto@yahoo.com.br

“Tal como não se consegue entender a Alemanha do século XIX (...) sem os seus filósofos, os brasileiros têm tido acesso à compreensão de seu país pelas ciências sociais” (Luiz Werneck Vianna, “Prefácio”, *Quem Explica o Brasil*, p.15)

Resumo

Uma das principais características da imaginação sociológica brasileira tem sido sua forte inscrição pública, evidenciada pelo esforço em inquirir historicamente aspectos relacionados à modernização do país. Entre as décadas de 1960 e 1970, no contexto da ditadura militar, os sociólogos brasileiros se empenharam nessa tarefa de interpretar o Brasil, destacando aspectos contraditórios da modernização conservadora do país. O objetivo deste artigo é analisar alguns estudos sociológicos produzidos nesse contexto que buscaram compreender as principais características e os desdobramentos da modernização conservadora no Brasil, a partir de diferentes perspectivas, dando destaque especial a quatro obras, a saber: *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (Florestan Fernandes, 1973), *Liberalismo e Sindicato no Brasil* (Luiz Werneck Vianna, 1976), *Espoliação Urbana* (Lucio Kowarick, 1979), e *A Embalagem do Sistema* (Maria Arminda do Nascimento Arruda [1979], 1985). Cada um desses trabalhos será relacionado a outras obras que abordaram temáticas afins e mobilizado como um exemplar de determinadas abordagens que dominaram a imaginação sociológica nos tempos difíceis da repressão e da abertura democrática.

Palavras-chave

imaginação sociológica brasileira; ditadura; modernização conservadora;

Abstract

One of the main features of the Brazilian sociological imagination has been its widespread public involvement, which is witnessed by the way it has been effectively employed in investigating the historical background of factors regarding the modernization of the country. In the 1960s and 1970s, when there was a military dictatorship, Brazilian sociologists were engaged in the task of interpreting Brazil by highlighting contradictions in the conservative modernization of the country. The purpose of this article is to analyze some of the sociological studies that were carried out in this climate with a view to understanding the main features and ramifications of conservative modernization in Brazil. These set out from different perspectives, with special attention being paid to

four works, namely: *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* [Dependent Capitalism and Social Classes in Latin America] (Florestan Fernandes, 1973), *O Liberalismo e Sindicato no Brasil* [Liberalism and Trade Unions in Brazil] (Luiz Werneck Vianna, 1976), *Espoliação Urbana* [Urban Despoliation] (Lucio Kowarick, 1979), and *A Embalagem do Sistema* [The Packaging of the System] (Maria Arminda do Nascimento Arruda [1979], 1985). Each of these studies will be linked to other works which address related issues and are drawn on as an example of specific approaches that have governed the sociological imagination in difficult times of repression and democratic openness.

462

Keywords

Brazilian sociological imagination; dictatorship; conservative modernization.

No “Prefácio” à segunda edição do seu livro *A Sociologia numa Era de Revolução Social*, publicado em 1976, Florestan Fernandes lamentava que os ensaios originais da obra, escritos entre 1959 e 1962, parecessem naqueles tempos, após o golpe militar, “como documentos de um passado que não se concretizou historicamente”. Se eles não testemunhavam “uma batalha perdida”, pelo menos atestavam “que uma *experiência crucial* foi interrompida” (FERNANDES, 1976, p.9, grifos nossos). Para Florestan, a questão que se colocava, então, em meados dos anos 1970, estava em identificar e interpretar o que significara a interrupção dessa experiência crucial, relacionada com os movimentos de reforma social que antecederam o golpe militar, e a inauguração de um novo período da modernização do país conduzido pelos militares. A tomar pela produção sociológica brasileira entre as décadas de 1960 e 1970, é possível perceber um esforço intelectual dos sociólogos não somente no sentido de compreenderem as razões que levaram ao golpe militar de 1964 — responsável direto pela interrupção daquela experiência referida por Florestan —, mas também para analisar as principais consequências e desdobramentos do regime que se instaurou com a deposição do governo de João Goulart. As obras produzidas nesse contexto, não obstante suas particularidades e diferenças, traziam como marca essa busca apreensiva por decodificar o significado de mais uma etapa da modernização conservadora brasileira.

O período que cobre o final dos anos 1960 e a década de 1970 foi marcado por mudanças de grande relevância no Brasil, sob a marcação do regime militar imposto em 1964, que tiveram influências decisivas na conformação da institucionalidade do campo sociológico do país, bem como na agenda intelectual da imaginação sociológica brasileira. Em uma conjuntura paradoxalmente caracterizada por enormes adversidades advindas, por um lado, da repressão do governo militar, e por outro, da notável expansão do sistema de ensino e pesquisa da sociologia no país, os sociólogos brasileiros realizaram um esforço intelectual de grande relevância para compreender e interpretar as contradições de um regime que promovia o crescimento da economia, sob a retórica do “milagre econômico”, e ampliava o leque constitucional de bens politicamente regulados, como fundos de pensão, ao mesmo tempo em que era responsável pelo aumento brutal da desigualdade social e pela regressão dos direitos civis e políticos, mediante a censura e a repressão. Essas contradições, intrínsecas ao processo de modernização conservador brasileiro, se converteram como objetos de investigação por excelência da imaginação sociológica brasileira entre os anos 1960 e 1970.

O campo sociológico, importa destacar, vivenciou um amplo processo de expansão nessa conjuntura, se beneficiando do movimento de ampliação dos programas voltados para o desenvolvimento da pós-graduação do país, contando, para seu alargamento, com o apoio de organismos como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), além do suporte substancial dado pela Fundação Ford (MICELI, 1993). Esses investimentos

464

permitiram a criação de diversos programas de graduação e pós-graduação no país, na área das ciências sociais, como os dos departamentos de Ciência Política da UFMG (1967), de Ciências Sociais da UFBA (1968), de Antropologia do Museu Nacional (1968), da USP (1971) e da UNICAMP (1971), e de Sociologia da UFPE (1967), da UNB (1970), da USP (1970) e da UFRGS (1973). Além das instituições vinculadas diretamente às universidades, ocorreu, neste contexto, a fundação de institutos externos a elas, como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e o Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP). Somando a isso, houve a criação, nesse contexto, de diversas revistas científicas importantes – por exemplo, *Dados. Revista de Ciências Sociais* (1966) e *Estudos Cebrap* (1971) –, bem como a constituição e o fortalecimento de associações de pesquisadores da área, como a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), fundada em 1977, evidenciando a consolidação de um campo científico em intenso processo de institucionalização (MICELLI, 1989; ORTIZ, 2003; SORJ, 2001; WERNECK VIANNA, 2004; MOTTA, 2014).

Ancorado neste movimento crescente de institucionalização, esse contexto testemunhou o aparecimento de uma produção sociológica muito conectada e responsiva às mudanças que se processaram na conjuntura política brasileira no decorrer daqueles anos. Uma sociologia que, a despeito do contexto repressivo, buscou articular o crescente processo de profissionalização em curso com a inscrição analítica sobre questões relevantes colocadas na agenda pública do país (PERLATTO, 2013). Neste trabalho, procurarei compreender a forte responsividade da imaginação sociológica brasileira, sobretudo no que diz respeito à investigação de diferentes temáticas relacionadas à modernização conservadora brasileira, partindo da análise de quatro obras específicas, a saber: *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (1973), de Florestan Fernandes, *Liberalismo e Sindicato no Brasil* (1976), de Luiz Werneck Vianna, *Espoliação Urbana* (1979), de Lucio Kowarick, e *A Embalagem do Sistema* ([1979], 1985), de Maria Arminda do Nascimento Arruda. Cada um desses trabalhos será aqui relacionado a outras obras com temáticas afins e mobilizado como exemplar de determinadas agendas que dominaram a imaginação sociológica nos tempos difíceis da repressão. Nesse sentido, mais do que discutir pormenorizadamente cada uma das três obras destacadas, o objetivo neste artigo é tomar esses livros como exemplares de temáticas como o *desenvolvimento dependente*, a *revolução burguesa brasileira*, a *desigualdade na vida metropolitana* e a *conformação da indústria cultural*, que ganharam relevância pública entre as décadas 1960 e 1970, e que se relacionam, de diferentes maneiras e a partir de ângulos distintos, com a expansão da modernização conservadora no Brasil ao longo desses anos.

Modernização Conservadora, (Sub) Desenvolvimento e Capitalismo Depedente

Um dos principais esforços empreendidos pela imaginação sociológica brasileira nos anos 1960 e 1970 se relacionou com a busca pela compreensão, a partir da análise de diferentes aspectos, das transformações contraditórias associadas ao desenvolvimento do Brasil sob a batuta dos governos militares, e de suas consequências para o processo de modernização conservadora que tinha curso no país (VILLAS BÔAS, 2006). Para corroborar este argumento, basta observar os títulos de variadas obras publicadas pela sociologia brasileira nesse contexto, a exemplo de *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes* (Fernando Henrique Cardoso, 1965), *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil* (Luiz Pereira, 1965), *Sociologia do Desenvolvimento* (Pedro Beltrão, 1965), *Sociedade de*

Classes e Subdesenvolvimento (Florestan Fernandes, 1968), *Desenvolvimento Econômico e Transição Social* (Luis Costa Pinto, 1967), *Desenvolvimento e Mudança Social* (Juares Brandão Lopes, 1968), *Industrialização, Burguesia Nacional e Desenvolvimento* (Luciano Martins, 1968), *Mudanças Sociais na América Latina* (Fernando Henrique Cardoso, 1969), *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (Fernando Henrique e Enzo Faletto, 1969), *Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento* (Luiz Pereira, 1970), *Desenvolvimento e Marginalidade. Um Estudo de Caso* (Maria Célia Paoli, 1974), *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil* (Luiz Cunha, 1975), *Sociologia do Desenvolvimento* (José Carlos Durand, 1975), *Intervencionismo Estatal e Ideologia Desenvolvimentista* (Maria Helena Oliva Augusto, 1978) e *Desenvolvimento Dependente Brasileiro. Industrialização, Classes Sociais e Estado* (Vilma Figueiredo, 1978).

465

Importa destacar que a temática do desenvolvimento recebeu enorme atenção nos anos 1960 e 1970 não apenas dos sociólogos brasileiros, mas também dos latino-americanos, cujas obras buscavam quer compreender o subdesenvolvimento dos países da América Latina e suas relações de dependência econômica em relação às nações centrais, quer pensar em mecanismos capazes de superar, ou, pelo menos, mitigar esses vínculos de dependência e subordinação. A preocupação central dizia respeito ao debate sobre os fatores “favoráveis” ou “desfavoráveis” para que os países “tradicionais” pudessem se desenvolver e se transformar em nações “modernas”, rompendo com a histórica inserção subordinada na divisão internacional da produção e do trabalho. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), um organismo da Organização das Nações Unidas (ONU), criado no final dos anos 1940, configurou-se como um dos principais espaços de difusão do debate sobre o desenvolvimento. A concepção “dualista”, difundida principalmente pela esta instituição — mas, que também estava presente nas formulações do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e de intelectuais vinculados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) — que trazia em seu bojo o princípio explicativo da “causação funcional” — segundo o qual a transformação de uma variável levaria à mudança das demais, como uma espécie de efeito cascata — e uma concepção “etapista” do desenvolvimento, animou a reflexão de muitos intelectuais latino-americanos, que buscavam caminhos capazes de superar o “atraso” da América Latina em relação ao “centro” econômico mundial.¹ Elegendo o Estado como o principal indutor de uma industrialização voltada para o mercado interno, capaz de ordenar o desenvolvimento econômico nas condições da periferia latino-americana, a concepção dualista, sobretudo aquela defendida pela CEPAL, acabou por influenciar sobremaneira não apenas a reflexão teórica produzida na América Latina, mas a própria formulação de políticas públicas na região (BIELSCHOWSKY, 2000).

Como bem observado por Octavio Ianni, a problemática do desenvolvimento dependente passou a ganhar maior espaço nos debates acadêmicos e políticos quando se evidenciou, nos principais países da América Latina, o declínio do processo da chamada “industrialização substitutiva de importações” (IANNI, 1989). A industrialização ocorrida nesses países não provocara, conforme imaginado outrora sob a influência da perspectiva funcionalista, a emancipação econômica das nações latino-americanas, conduzindo, pelo contrário, à renovação ou ao aprofundamento da subordinação e da dependência econômica nacional, em face dos capitalismo norte-americano e mundial. Diante deste cenário, diversos cientistas sociais e economistas latino-americanos se defrontaram com a necessidade da compreensão do processo de internacionalização do capital e da burguesia, na medida em que o entendimento dos mesmos ajudaria na compreensão do desenvolvimento dependente e associado que caracterizava as economias latino-

americanas. Obras como *Imperialismo na América Latina* (Octavio Ianni, 1974), *Nação e Corporação Multinacional* (Luciano Martins, 1975) e *Desenvolvimento Dependente Brasileiro. Industrialização, Classes Sociais e Estado* (Vilma Figueiredo, 1978) devem ser compreendidas tendo em vista a emergência e consolidação dessa agenda investigativa nas décadas de 1960 e 1970.

466

A preocupação com a temática do desenvolvimento dependente estava presente, por exemplo, nos trabalhos de Costa Pinto, que em obras como *Sociologia e Desenvolvimento. Temas e Problemas do nosso Tempo* (1963) e *Desenvolvimento Econômico e Transição Social*, (1967) procurava refletir sobre as temáticas da modernização e do desenvolvimento não somente no Brasil, mas também na América Latina. Em um contexto no qual a sociedade brasileira continuava, segundo ele, a ser uma “congregação de pobres”, uma “economia dependente, uma nação satélite e uma cultura embotada”, as reflexões contidas naquele trabalho poderiam contribuir para a superação da visão que perpetua “a subordinação econômica, a injustiça social, a inércia política e o desestímulo cultural” e promover uma “crítica sistemática e simultânea do *status quo* (...) capaz de fazer desse acúmulo de frustrações históricas o ponto de partida para a reconstrução social profunda de que necessitamos” (COSTA PINTO, 1970, p.6). Nos artigos que compõem *Desenvolvimento Econômico e Transição Social*, resultados de conferências proferidas em 1964 e 1965, Costa Pinto elabora de maneira mais pormenorizada seu conceito de “marginalidade estrutural”, no sentido de compreender a “coexistência” contraditória, ora acomodatória, ora conflituosa, entre os modelos de organização social “arcaico” e “moderno”, que vigiam no país. De acordo com o autor, tornava-se imperiosa uma distinção conceitual entre as categorias de “modernização” e “desenvolvimento”, que, comumente, eram tomadas por parte da literatura daquele período como termos sinônimos. Para Costa Pinto, enquanto a modernização consistiria em um processo de mudanças mais “epidérmicas” dos padrões de consumo, de comportamentos e valores, e de instituições “tradicionais” para aqueles que existiam nas sociedades mais “avançadas”, o desenvolvimento estaria relacionado a modificações mais “profundas”, capazes de alterar efetivamente o perfil da estrutura econômica e social do país. O Estado, nesse sentido, teria papel fundamental enquanto agente estratégico para a promoção intencional e deliberada da modernização econômica e social no país, de modo a romper com a situação de “marginalidade estrutural” e com a condição de país subdesenvolvido.

A temática do desenvolvimento dependente teve especial desdobramento nas obras de autores vinculados às chamadas “Teorias da Dependência”, que se converteram como instrumentos principais para a explicação da modernização dos países latino-americanos, com destaque especial para o livro de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*.² Escrita originalmente como um Relatório para a CEPAL, em 1966, mas somente publicada no Chile em 1969, e traduzida para o português em 1970, foi elaborada a partir de uma intenção crítica que se opunha às concepções “evolucionistas (das etapas) e funcionalistas (especialmente a teoria da modernização) do desenvolvimento”, que acabavam por relegar ao segundo plano a dimensão histórica dos processos de formação do sistema capitalista (CARDOSO, 1970, p.27). Buscando analisar situações concretas de dependência — “dependência na fase de constituição do Estado nacional e de formação de uma burguesia exportadora”, “dependência na situação de enclave” e “dependência na etapa de internacionalização do mercado na fase de formação de economias industriais periféricas” —, os autores recorriam a um procedimento metodológico que buscasse acentuar “a análise das

condições específicas da situação latino-americana e o tipo de integração social das classes e grupos como condicionantes principais do processo de desenvolvimento” (CARDOSO & FALETTO, 1973, p.21). Conforme destacado por eles, o que importava era a caracterização do modo de relação entre os grupos sociais no plano nacional, que dependeria, acima de tudo, “do modo de vinculação ao sistema econômico e aos blocos políticos internacionais que podem produzir consequências dinâmicas na sociedade subdesenvolvida” (Ibidem, p.21).

Florestan Fernandes foi um dos principais expoentes da reflexão sobre o desenvolvimento dependente, de forma mais geral, e acerca de seus impactos específicos sobre a modernização conservadora dos países latino-americanos, especialmente do Brasil. Sua abordagem fica evidente nos artigos que compõem os livros *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (1968) e *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (1973), nos quais desenvolve, ainda de forma incipiente, argumentos que serão mais bem sistematizados *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975). Ao analisar aspectos diversos, como a dinâmica da mudança sociocultural no Brasil, o crescimento econômico e a instabilidade política, e o desenvolvimento como problema nacional, Florestan volta-se para a compreensão da natureza e dos limites da “revolução burguesa” em um contexto de capitalismo dependente, como o brasileiro. Nesse sentido, o autor empreende uma crítica aos “investigadores de centros mais avançados”, que, segundo ele, “lidaram com os problemas de interpretação das sociedades capitalistas dependentes como se o subdesenvolvimento fosse uma contingência ou uma condição transitória” (FERNANDES, 1968, p.12-3). Tratava-se, para Florestan, de superar esta perspectiva analítica e normativa, demonstrando o caráter estrutural dessa subordinação entre países centrais e periféricos tomando como base a investigação sociológica sobre associação do regime de classes interno a cada um dos países latino-americanos com o modelo externo de capitalismo dependente, associação esta que assegurava os padrões de subdesenvolvimento. Somente dessa perspectiva, seria possível encontrar soluções para os impasses nos quais as sociedades latino-americanas, de forma geral, e a brasileira, em particular, se encontravam naquela conjuntura política.

No livro *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*, publicado originalmente em 1973, Florestan avança nesta agenda investigativa, fazendo com que a obra se configure como um expoente exemplar da crítica ao processo de modernização conservadora que tinha curso nos países latino-americanos. Os ensaios reunidos na obra — escritos entre 1969 e 1971 — buscavam, na palavra do próprio autor, construir uma “interpretação militante”, de modo a “projetar a Sociologia no âmago dos processos de crise” (FERNANDES, 1975, p.9). Tratava-se de textos que objetivavam compreender os padrões de dominação externa na América Latina, inclusive abordando o “novo imperialismo” impulsionado pelos Estados Unidos na região no contexto da Guerra Fria, relacionando-o com a sociedade de classes desigual que se configurava internamente em cada um dos países do continente. Para Florestan, a conformação das relações de dependência entre a América Latina e os países centrais resultava naquilo que denominava como “o dilema do capitalismo dependente”, que tinha como característica principal o “superprivilegiamento de classe” interno a cada um desses países. Este dilema estaria essencialmente vinculado à necessidade de responder aos desafios de se buscar um desenvolvimento autônomo e equânime em um contexto marcado pela imposição de políticas imperialistas na América Latina, sustentadas no domínio das grandes corporações e na hegemonia capitalista dos Estados Unidos. Se, por um lado, a dominação

externa estimularia a modernização dos países latino-americanos, por outro, por sua conformação dependente, ela, *pari passu*, impediria o desenvolvimento pleno de uma revolução nacional que implicasse em uma autonomia real desses países e na consequente modificação interna das relações entre as classes sociais.

A obra *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*, nesse sentido, pode ser tomada como um trabalho exemplar da consolidação de uma forma de abordagem produzida no âmbito da sociologia brasileira que procurava compreender a modernização conservadora, no contexto do regime militar, focando principalmente a questão do desenvolvimento dependente e as relações externas de subordinação e dominação a que estavam submetidos os países da América Latina, as quais contavam com a plena aquiescência das classes sociais dominantes, que se beneficiavam diretamente deste processo de dependência. De acordo com Florestan, a dominação imperialista teria duas consequências principais: por um lado, ela condicionaria e reforçaria as estruturas econômicas arcaicas, fundamentais para a preservação do esquema da exportação-importação, baseado na produção de matérias-primas e de bens primários; em segundo lugar, e relacionado com o primeiro aspecto, a dominação imperialista contribuiria para reforçar a modernização conservadora dos países periféricos, com consequências diretas sobre os processos de revolução burguesa das nações latino-americanas. Nesse sentido, menos do que produzir riqueza, a América Latina se veria frente ao desafio de reter e distribuir a produção aqui realizada no sentido de criar, ao menos, uma verdadeira economia capitalista moderna.

Para Florestan, frente ao quadro de modernização conservadora, relacionado aos processos de dominação dependente, uma nova agenda desenvolvimentista apenas seria possível em dois cenários específicos: ou mediante “a implantação e aperfeiçoamento de um novo tipo de capitalismo de Estado, capaz de ajustar a velocidade e a intensidade do desenvolvimento econômico e da mudança sociocultural aos requisitos da ‘revolução dentro da ordem social’ ” ou através “uma rebelião popular e radical, de orientação socialista”, que, a seu ver, abriria caminho “para a realização dos padrões mais elevados da razão humana e para a liberação real das sociedades latino-americanas” (Ibidem, p.31-2). Percebe-se, nesse sentido, que a própria perspectiva normativa de Florestan – ou uma “revolução dentro da ordem social” ou uma “rebelião popular e radical” – também se mostra como exemplar para se pensar os desafios que se apresentavam para a agenda sociológica naqueles anos difíceis no sentido de encontrar caminhos para a superação do capitalismo dependente e da dominação imperialista, que se colocavam como pilares principais de sustentação da modernização conservadora brasileira.

Modernização Conservadora e a Revolução Burguesa no Brasil: O Atraso e o Moderno

Relacionado ao debate sobre as contradições do desenvolvimento do país sob o regime militar, parte significativa da imaginação sociológica brasileira se dedicou, nas décadas de 1960 e 1970, a compreender as características da chamada “revolução burguesa brasileira”. Neste contexto, diversos sociólogos brasileiros empreenderam análises macroestruturais para compreender a natureza do processo de modernização conservador do país, com o intuito de decifrar o caráter do capitalismo autoritário que então vigia sob o regime autoritário. De maneira geral, estes estudos se configuraram como análises históricas – ainda que com os olhos centrados na conjuntura política do presente – que buscavam empreender um movimento comparativo entre os processos de modernização de capitalisms retardatários – como aqueles vivenciados em países como Brasil, Alemanha

a Itália do *Risorgimento*, Rússia e Japão - e aqueles vivenciados nos capitalismo “avançados”, tendo como principais modelos a Inglaterra e a França. A compreensão da Revolução de 1930 foi tomada como tarefa central para a formulação de uma explicação sobre o Brasil moderno e as particularidades da nossa modernização conservadora.⁴

469

Entre os trabalhos produzidos por sociólogos que desenvolveram abordagens nesse sentido, vale citar *A Economia Brasileira. Crítica à Razão Dualista* (Francisco de Oliveira, 1972), *São Paulo e o Estado Nacional*, de Simon Schwartzman (1975); *Capitalismo e Tradicionalismo. Estudos sobre as Contradições da Sociedade Agrária no Brasil*, de José de Souza Martins (1975); *A Revolução Burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes (1975); *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, de Luiz Werneck Vianna (1976).⁵ Não obstante as diferenças existentes entre essas obras, elas compartilhavam a pretensão de evidenciar o caráter conservador da revolução burguesa brasileira, que teria sido operada mediante o estabelecimento de uma coalizão entre as elites modernas e tradicionais. Dessa forma, ao contrário do que sustentara grande parte da bibliografia produzida no período anterior, ancorada em perspectivas dualistas, a modernização do país não teria implicado no desaparecimento das antigas elites agrárias, representando, pelo contrário, um processo de renovação de sua participação no controle político do país. O moderno, portanto, não vinha a partir da superação do atraso, mas era o próprio atraso que impulsionava a modernização brasileira.

Obras como *A Economia Brasileira. Crítica à Razão Dualista*, de Francisco de Oliveira (1972) e *Capitalismo e Tradicionalismo. Estudos sobre as Contradições da Sociedade Agrária no Brasil*, de José de Souza Martins (1975) evidenciam o esforço investigativo de caminhar no sentido da superação das explicações dualistas para a compreensão das contradições do processo da revolução burguesa brasileira. Francisco de Oliveira, em *Crítica da Razão Dualista*, enfrenta o desafio de pensar os impasses colocados para o capitalismo brasileiro em um contexto marcado por um novo surto de modernização conservadora no país. Ao formular uma interpretação articulando as dimensões política e econômica, o autor elaborou um questionamento das teses dualistas, especialmente em sua vertente cepalina, destacando a existência, no processo de expansão do capitalismo no Brasil, da articulação entre atraso e moderno. O “arcaico”, nesse sentido, é que teria sido responsável por alavancar o processo de acumulação e expansão do capitalismo moderno brasileiro. Já José de Souza Martins, na sua obra *Capitalismo e Tradicionalismo*, procura demonstrar como o atraso social, o tradicionalismo e as relações de produção “arcaicas” no campo não constituíam obstáculos à modernização econômica e à acumulação social do país, na medida em que o processo de acumulação incorporava essas relações sociais e concepções à sua estrutura de funcionamento.

Outras duas obras que compartilharam dessa abordagem foram elaboradas por Simon Schwartzman (*São Paulo e o Estado Nacional*, 1975) e por Florestan Fernandes (*A Revolução Burguesa*, 1975). Resultado de sua tese de doutoramento, defendida em 1973, Schwartzman — em diálogo direto com as formulações de Raymundo Faoro, em *Os Donos do Poder* — contrapõe, neste estudo, o modelo patrimonialista, característico da sociedade brasileira — marcado pela centralização burocrática, pelas relações de cooptação política e pela precedência do Estado sobre a sociedade civil — a outro modelo, representado por São Paulo, que teria como marcas principais a autonomia da sociedade civil e a primazia do padrão representativo como forma de organização política. A reflexão sobre as relações e tensões entre autoritarismo e liberalismo evidenciava esforço intelectual para compreender dilemas centrais colocados no processo da modernização autoritária

brasileira. Nesse sentido, é interessante destacar que, a despeito das diferenças existentes, a análise de Schwartzman compartilhava com as “teorias populistas” um projeto normativo voltado para a defesa do desmonte das relações patrimonialistas, abrindo, dessa forma, novas possibilidades para liberar e emancipar a sociedade civil do controle do Estado.

470

A compreensão da revolução burguesa brasileira é, obviamente, o tema por excelência do clássico *A Revolução Burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes, publicado em 1975. Neste trabalho, escrito no exílio, Florestan reconstrói historicamente a evolução da economia capitalista e o processo de formação de classes no país, analisando, para tanto, um longo período, que se estende da independência até os anos 1960, com o intuito de compreender a lenta e molecular revolução burguesa brasileira, uma “revolução encapuzada”. Florestan se preocupa em analisar as relações de dependência estabelecidas entre as classes burguesas de um país periférico, como o Brasil, e o processo de dominação imperialista. Esta dependência se constituiu como elemento fundamental para a manutenção de relações características do “antigo regime”, bem como para a conservação da situação de país subdesenvolvido e socialmente desigual. Respondendo e adaptando-se às mudanças impostas pelo capitalismo internacional, combinando-se às formas estamentais, a burguesia brasileira, convertida em “autocracia”, teria logrado sucesso em se constituir como principal ator de reprodução do interesse econômico das grandes corporações, transformando o Estado em um mecanismo por excelência para a reprodução de seu poder autocrático.

Outra obra dedicada a compreender a natureza da modernização conservadora brasileira, e que pode ser tomada como exemplar da nova forma de compreensão da revolução burguesa no país é *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, de Luiz Werneck Vianna, publicada em 1976, como resultado de sua tese de doutoramento defendida na USP, em 1975. De forma semelhante às abordagens acima descritas, este livro deve ser compreendido como uma forma de analisar o processo de modernização conservador brasileiro que dialogava com as abordagens analisadas na seção anterior, mas que estava menos preocupada em investigar as relações externas de dependência e mais interessada em olhar internamente para o país, de modo a inquirir de que maneira foram conformadas historicamente as relações entre as elites tradicionais e modernas. Assim como grande parte dos trabalhos que buscaram investigar as características da revolução burguesa brasileira, Werneck Vianna procurou, neste estudo, decifrar o enigma da Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, para compreender o processo de modernização conservador do país. A retomada da década de 1930, em pleno auge da ditadura militar nos anos 1970, marcada pela opressão da estrutura burocrático-autoritária sobre o sindicalismo brasileiro, não era ingênua, mas buscava, pelo contrário, evidenciar as continuidades entre aqueles dois ciclos autoritários, bem como apontar para a possibilidade de se considerar o processo da revolução burguesa brasileira não a partir da lógica da “ruptura”, mas dentro da perspectiva da “longa duração”.

Liberalismo e Sindicato no Brasil se relaciona com o movimento intelectual acima destacado no sentido de pensar a modernização conservadora brasileira não mais como uma ruptura com o “atraso” e o “arcaico”, mas como um longo processo contínuo, que já seguia, há tempos, o seu curso. É também a crítica à razão dualista que anima esta pesquisa, interessada em compreender as relações intrínsecas existentes entre o moderno e o atraso na constituição do capitalismo brasileiro. A modernização capitalista teria se dado, segundo Werneck Vianna, a partir de uma coalizão entre as classes e elites dominantes modernas e tradicionais e a manutenção do compromisso com a velha ordem social não seria incompatível com o processo de aceleração da acumulação capitalista. A Revolução de 30 não consistiria, por conseguinte, em um corte dramático entre dois períodos

qualitativamente distintos, mas em mais um momento afirmativo na contínua constituição da ordem burguesa no país, assinalando, dessa vez, a passagem para a primazia da fração burguesa industrial. Seria o elemento da *continuidade*, portanto, ainda que com mudanças, e não o da ruptura que teria conduzido a modernização brasileira e o processo de constituição do modo de produção capitalista, com sua plena imposição na formação econômico-social do país.

471

Para compreender este processo, Werneck Vianna mobiliza teoricamente principalmente os textos de Lênin em seus estudos agrários, reunidos em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, no qual o autor aponta para a “via prussiana” como um caso paradigmático de transição burguesa reacionária, em que as elites agrárias tradicionais teriam se apropriado do Estado, liderando a transição ao moderno através da preservação das formas autoritárias de controle social. Por outro lado, Werneck receberá grande influência de Gramsci, sobretudo de seus escritos sobre o *Risorgimento* italiano. Além destes dois autores, Werneck estabelece amplo diálogo com Barrington Moore Jr. e sua influente obra sobre as origens sociais da ditadura e da democracia, visando compreender a natureza autoritária da modernização capitalista brasileira. O aspecto central que Werneck Vianna levanta para evidenciar o caráter conservador da nossa modernização capitalista e que perpassa toda sua obra diz respeito à forma que assumiu o liberalismo no Brasil. Ao contrário da percepção consagrada na obra de Roberto Schwarz, *Ao Vencedor as Batatas*, na qual o liberalismo é percebido como “uma ideia fora do lugar”, sublinhando uma perversa e disfuncional distância entre o país real e o país legal, Werneck segue a perspectiva já apontada por Florestan Fernandes em *A Revolução Burguesa no Brasil*, demonstrando que o liberalismo que vicejou entre nós não foi posticho. Pelo contrário. Teria sido justamente a partir dele que teria nascido o impulso para a modernidade e a transição para a revolução burguesa. Werneck aponta para a mesma direção da obra de Florestan, evidenciando a importância do liberalismo para a modernização brasileira, posto que o primeiro grande salto fundamental para a evolução do capitalismo no Brasil teria sido antes de natureza sociocultural do que econômica.

Conforme destaca Werneck Vianna, às vésperas da transição para a modernização do país, o liberalismo encontrava-se impossibilitado de ampliar os termos do pacto social. Neste momento, ele havia perdido o apoio dos empresários, único suporte social que poderia impô-lo como visão de mundo. Sua continuidade passa, a partir de então, a vincular-se com a persistência de um sistema político excludente. Neste contexto marcado pela impossibilidade de sua expansão e pela estreiteza do pacto em curso, emerge um *tertius*. As elites agrárias não-exportadoras assumirão a liderança da contestação das camadas urbanas, “trazendo dos seus domínios senhoriais um projeto de Estado modernizante e autoritário” (WERNECK VIANNA, 1999, p.21). O movimento de 1930 teria se constituído, por conseguinte, em uma reordenação institucional-legal da dominação burguesa, que, ao criar organizações corporativas, voltadas para a harmonização entre as classes, “transformou-as em vigorosos instrumentos de acumulação industrial” (Ibidem, p.21).

Mobilizando farto material empírico, Werneck Vianna sublinha a fraqueza constitutiva do liberalismo brasileiro, incapaz de admitir a livre movimentação das classes subalternas, ainda que exclusivamente no campo mercantil. A ordem burguesa autoritária teria se constituído, a partir de 1930, mediante um processo de afastamento entre o capitalismo e a nação por meio da fórmula corporativa erigida por Vargas. Valendo-se da ideologia da colaboração entre classes, as instituições corporativas visaram obter alguma solidarização entre o Estado e a sociedade civil, pelo acoplamento da estrutura sindical

ao Estado e pelos benefícios sociais concedidos aos assalariados urbanos. O capitalismo teria se constituído no país recoberto pela norma, pelo direito e pela realização de fins sociais. Sob a forma corporativa, o Estado particularista fez seu simulacro de universalização através da “cidadania regulada”, tentando impor a constituição de uma comunidade ideológica com base na colaboração entre as classes e o objetivo de grandeza nacional.

472

O que é interessante destacar é que diferentemente das “teorias populistas” que colocavam peso excessivo na negatividade das relações heterônomas estabelecidas entre Estado e sindicatos, Werneck Vianna apontava para seu papel decisivo no processo de publicização das relações trabalhistas, antes pertencentes à esfera privada, regulamentando, dessa maneira, áreas até então estranhas às normas jurídicas. Dessa forma, ainda que reconheça seu caráter recessivo — principalmente por representar a conformação de um processo de incorporação social controlada, que interrompeu o movimento de constituição de uma identidade autônoma das classes subalternas —, a publicização promovida pela legislação varguista contribuiu decisivamente para conter a ação do mercado sobre a força de trabalho, fazendo com que a comunicação entre capital e trabalho passasse a se dar pela intermediação do direito, um meio público, e não pelos recursos privados detidos por cada um. A ordenação corporativa teria se apresentado, por conseguinte, como uma construção complexa, na qual teriam sido combinados elementos destinados a exercer a coerção — principalmente por meio da busca do controle sobre os sindicatos — com elementos voltados para a produção do consenso, sobretudo através de mecanismos direcionados proteção social do trabalhador.

Dessa forma, o que se depreende a partir da análise da obra *Liberalismo e Sindicato no Brasil* é que se esse trabalho pode ser interpretado como exemplar de preocupações que perpassavam a agenda sociológica dos anos 1970 e que diziam respeito à investigação da natureza da revolução burguesa brasileira e à vivência de um novo ciclo autoritário naquela conjuntura específica. Ao demonstrar que moderno e atraso longe de se oporem se imbricaram fortemente ao longo da história brasileira, com o segundo polo conduzindo o primeiro, essa produção sociológica — da qual o livro de Werneck Vianna é uma contribuição evidente — logrou sucesso em evidenciar, a partir de um olhar interno e do recorte específico da revolução burguesa no país, o caráter conservador da modernização brasileira.

Modernização Conservadora e a Desigualdade na Vida Metropolitana

Um dos principais desdobramentos das mudanças que tiveram curso no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980 foi a notável transformação das relações entre o agrário e o urbano. Esta transformação, impulsionada em grande medida, pelos processos de “modernização pelo alto” conduzido pelos governos militares, produziu impactos de enorme significado tanto no campo, quanto nas cidades. Esse processo não passou despercebido pela imaginação sociológica brasileira, que direcionou sua atenção para a compreensão dessas mudanças associadas à modernização conservadora. No caso do mundo rural, particularmente, as políticas de desenvolvimento agrário executadas pelos governos militares — a exemplo da criação do Ministério de Assuntos Fundiários sob a tutela dos militares do Conselho de Segurança Nacional, da Operação Cívico-Social do Exército e do Projeto Rondon —, e suas consequências no que concerne aos processos de ampliação da concentração fundiária e de expansão dos conflitos no campo, foram analisadas por diferentes autores, a exemplo de José de Souza Martins (*O Cativo da Terra*, 1979; *Expropriação & Violência. A Questão Política no Campo*, 1980), Maria Nazareth Wanderley (*Capital e Propriedade Fundiária*, 1979) e Glaucio Soares (*A Questão Agrária na América Latina*, 1976). Além disso, a temática

do desenvolvimento e da colonização, na chave da expansão da fronteira agrícola, sobretudo na Amazônia, ancorada na retórica da segurança nacional, sob os auspícios da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), também atraiu a atenção da imaginação sociológica, como se comprova nas pesquisas de Fernando Henrique Cardoso e Geraldo Müller (*Amazônia: Expansão do Capitalismo*, 1977) e de Octavio Ianni (*Colonização e Contrarreforma Agrária na Amazônia*, 1979).

473

No caso das cidades, mais especificamente o brusco processo de urbanização verificado entre as décadas de 1960 e 1980, com todos os problemas advindos de uma mudança social tão acelerada, se converteu gradativamente como um assunto de enorme relevância da agenda sociológica no Brasil. O “fenômeno urbano” – para mencionar o título de obra clássica do antropólogo Otávio Velho, publicada em 1976 – foi analisado a partir de diferentes perspectivas, destacando-se especialmente aqueles trabalhos que buscaram articular o debate sobre as cidades e o urbano com a questão da exclusão e da desigualdade social. Esse movimento investigativo pode ser bem evidenciado em pesquisas como *Alagados, Mocambos e Mocambeiros* (Daniel Bezerra, 1965), *Urbanização em Região Subdesenvolvida. O Caso de Eldorado Paulista* (Eva Blay, 1975), *Marginalidade Social e Relações de Classe em São Paulo* (Manoel Berlinck, 1975), *Passa-se uma Casa. Análise do Programa de Remoção de Favelas no Rio de Janeiro* (Lícia Valladares, 1980), *Solo Urbano. Tópicos sobre o Uso a Terra* (Luiz Antonio Machado, 1982), *Condições de Vida das Camadas Populares* (Luiz Antonio Machado et. all, 1984) e *Cortiços em São Paulo. Frente e Verso* (Maura Vêras, 1985) e *Eu Não Tenho Onde Morar. Vilas Operárias na Cidade de São Paulo* (Eva Blay, 1985).

Uma obra que ilustra com clareza a reflexão crítica sobre os impactos dos processos associados à modernização conservadora sobre as cidades é a coletânea *São Paulo 1975. Crescimento e Pobreza*, publicada em 1976, e coordenada por Candido Procópio Ferreira de Camargo. O livro, cuja repercussão atravessou os muros restritos do campo sociológico, foi elaborado no âmbito do CEBRAP a pedido da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, mediado pelo Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, que, inclusive, assina o prefácio da obra. Resultado de várias pesquisas realizadas na região metropolitana de São Paulo, este livro contribuiu sobremaneira para escancarar as contradições entre o crescimento promovido pelo “milagre econômico” alardeado pela ditadura militar e a realidade concreta da cidade, caracterizada pela manutenção da lógica da desordem e de índices alarmantes de pobreza e desigualdade social. A obra é concluída com um capítulo que apresenta a necessidade de uma ordem democrática assentada em amplas liberdades populares para garantir a melhoria efetiva das condições dos trabalhadores.

Um dos enquadramentos privilegiados para inquirir os impactos da modernização conservadora sobre a questão urbana foi aquele vinculado à ideia de “marginalidade social”. Diversos trabalhos focados nesta temática foram desenvolvidos nesse contexto, quer a partir da pesquisa de geografias específicas, quer tomando como base abordagens comparativas, em especial com países da América Latina, como se evidencia nas obras *Desenvolvimento e Marginalidade. Um Estudo de Caso* (Maria Célia Paoli, 1974) e *Marginalidade Social e Relações de Classe em São Paulo* (Manoel Berlinck, 1975). Os estudos sobre marginalidade, em sua maioria, estavam voltados para a análise da exclusão urbana, pensada enquanto um processo que se vinculava à forma própria do desenvolvimento dependente do país em uma situação de capitalismo periférico. Conceitos como “marginalidade”, “exército de reserva”, “polo marginal”, “custos da reprodução de força de trabalho” foram mobilizados para problematizar o processo de estratificação que ganhava novos contornos a partir das políticas desenvolvidas

pelos governos militares. A obra *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*, de Lucio Kowarick, publicada em 1975, foi uma das principais expoentes dessa agenda investigativa. Nesta obra, em diálogo com as formulações da Teoria da Dependência, sobretudo na vertente de Cardoso e Faletto, Kowarick toma a ampla temática do “desenvolvimento-subdesenvolvimento” como ponto de referência para a construção de sua análise sobre a temática da marginalidade nas zonas urbanas, com o intuito de compreender os processos de acumulação do capital e às suas consequências sobre a forma de inserção dos grupos marginalizados na divisão social do trabalho, pensada em uma perspectiva ampla.

474

A reflexão de Kowarick sobre a marginalidade, associando-a de forma ainda mais sistemática à questão urbana, ganhou tratamento especial no livro *A Espoliação Urbana*, publicado em 1979, trabalho exemplar no sentido de situar a temática das cidades no âmbito de uma preocupação mais geral com as consequências paradoxais da modernização que tinha curso no país, sobretudo no contexto do crescimento impulsionado pelo “milagre econômico”. Esta obra tem o mérito de posicionar o fenômeno urbano no contexto mais amplo das contradições globais do sistema produtivo, na dinâmica dos processos sociais e econômicos vigentes nas sociedades capitalistas, e no contexto mais específico dos processos associados à modernização conservadora do Brasil. Reunindo escritos produzidos entre 1973 e 1979, e concentrado empiricamente na Região Metropolitana de São Paulo, os artigos deste livro analisam as consequências sobre a vida urbana “de uma expansão capitalista que adquiriu feições nitidamente selvagens” (KOWARICK, 1979, p.13), com consequências diretas para o acirramento da exploração do trabalho e daquilo que o autor chama de “espoliação urbana”. Os processos de degradação da vida das cidades — evidenciados, por exemplo, na expansão das favelas, das casas precárias e dos cortiços e na deterioração dos níveis de remuneração e nas condições de vida de grande parte dos trabalhadores — afetariam, segundo o autor, os segmentos mais vulneráveis dos bairros periféricos, sobretudo em uma metrópole como a cidade de São Paulo.

Um dos aspectos discutidos por Kowarick neste trabalho se relaciona com o fato de que *pari passu* à conformação das cidades como espaços de manifestação direta ou indireta de formas diversificadas de exploração social e econômica — processo este que tem como elemento basilar o controle do território urbano e a conversão dos recursos urbanos em instrumentos essenciais da espoliação social —, ocorreu a ampliação de um poderoso esquema, impulsionado pelos governos militares, de controle e de repressão sobre as diferentes organizações associativas dos trabalhadores, em especial dos sindicatos. Nesse sentido, se, por um lado, o crescimento econômico incitado pelo “milagre brasileiro” acirrou a deterioração dos níveis de vida nas cidades, por outro, ele transcorreu em um período marcado pela repressão e desarticulação dos grupos críticos a esse processo excludente. Neste cenário, conforme destacado por Kowarick, as taxas de exploração e de dilapidação da força de trabalho poderiam ser cada vez mais aumentadas tanto pela presença de uma vasta reserva de mão-de-obra nas cidades quanto pela tibieza da organização sindical e política da classe operária. Entretanto, importa ressaltar que, a despeito da leitura pessimista que atravessa a obra *Espoliação Urbana*, Kowarick tem a sensibilidade sociológica para perceber a gestação e o fortalecimento de um processo ainda em curso no final dos anos 1970, associado à configuração de grupos e movimentos sociais cada vez críticos àquela forma de desenvolvimento excludente, conduzido pela ditadura, que começou a, gradativamente, ganhar força nas áreas mais industrializadas do país, como São Paulo, e que teria papel decisivo naquele contexto nas lutas pelos processos de democratização política e social do país ao longo da década de 1980.

Pensando em uma chave mais ampla, é possível compreender a obra *Espoliação Urbana* como um esforço imaginativo paradigmático no sentido de diagnosticar as consequências da modernização conservadora sobre a vida das cidades, expondo, a partir de ângulos diversos, os impactos deletérios de um processo desenvolvimentista conduzido “por cima”, com impactos diretos principalmente sobre os segmentos mais vulneráveis, em especial, os favelados, “camada superespoliada da classe trabalhadora”. De maneira semelhante a outras obras sociológicas produzidas naquela conjuntura específica, *Espoliação Urbana* procura compreender os mecanismos de produção e reprodução da espoliação estrutural das cidades, articulando processos globais de expansão desigual do capital com transformações internas, vinculadas às orientações conservadoras de um processo modernizador autoritário, cujo crescimento econômico, ao invés de produzir maior redistribuição e melhores condições de vida, acabou por ampliar a desigualdade e as condições deploráveis da classe trabalhadora urbana. A superação desse processo, advertia apropriadamente Kowarick, passava pela luta orientada para a “conquista do espaço” por parte dos trabalhadores espoliados, movimento este que pressupunha “debate e confronto, organização e reivindicação coletiva, que constituem a matéria-prima da qual se deverá construir um porvir efetivamente democrático e sem relativismos” (Idem, p.202).

475

Modernização Conservadora a Indústria Cultural

As décadas de 1960 a 1970 foram marcadas por um notável processo de constituição e consolidação do mercado de bens culturais e simbólicos no Brasil. Interessados em impulsionar uma maior integração nacional, os governos militares investiram maciçamente em estruturas que deram lastro à expansão desses mercados responsáveis pela consolidação da indústria cultural no país. Nesse sentido, a expansão das indústrias televisiva, fonográfica e editorial, assim como a dinamização pública e privada da indústria da publicidade — que, diga-se de passagem, adquiriu, nesse contexto, padrão internacional —, a partir da criação ou impulso de diferentes instituições e agências governamentais, configuraram movimentos passíveis de serem entendidos como partes constituintes e basilares da própria modernização conservadora e autoritária brasileira. Dessa forma, é possível perceber que, se por um lado consolidava-se a ampliação do mercado de massas voltado para o consumo ou fruição dos bens simbólicos fornecidos pela nascente indústria cultural, por outro lado esse processo se dava de forma excludente, com apenas restritos segmentos da sociedade podendo dele se beneficiar (ORTIZ, 1991; RIDENTI, 2000).

Em “Prefácio” escrito para a peça *Gota D’Água*, de 1975, Chico Buarque e Paulo Pontes mostraram notável sensibilidade para a compreensão das contradições existentes nesse processo de consolidação da indústria cultural no Brasil. Conforme sustentado pelos autores, a radical experiência capitalista que se implantou no país na década de 1960 — a partir da brutal aceleração da modernização do processo produtivo — conduziu a mudanças de grande relevância no campo cultural brasileiro. O regime militar teria tido sucesso tanto no sentido de conferir um caráter industrial e imediato à produção dos bens culturais, quanto em inserir segmentos intelectualizados da pequena burguesia na tecnocracia, nos meios de comunicação, na propaganda, nas carreiras técnicas qualificadas e na vida acadêmica, todas elas passando a estar orientadas para um sentido cada vez mais pragmático. Se a década de 1950 testemunhara uma movimentação relevante no sentido da constituição de alianças entre setores médios intelectualizados e classes subalternas — resultando em uma das fases mais criativas da cultura brasileira —, a década de 1970 estaria vislumbrando a implementação de uma nova ordem cultural,

associada diretamente ao processo de modernização autoritária do “capitalismo caboclo” que se impunha no país (BUARQUE DE HOLANDA & PONTES, 1975).

476

A tomar pela produção sociológica entre os anos 1960 e 1970, é possível constatar o quanto a sociologia brasileira procurou compreender essa ordem de transformações que se processavam no campo cultural do país. No campo teórico, a investigação dessas mudanças se deu em diálogo direto com as formulações da teoria crítica elaboradas por autores da Escola de Frankfurt, em especial aquelas propostas por Adorno e Horkheimer, na obra *Dialética do Esclarecimento*, quando, ao analisarem a cultura nas sociedades hodiernas, os autores procuram demonstrar o quanto ela se converteu em uma indústria regida pela lógica da produção capitalista. Ainda que o diálogo privilegiado pela imaginação sociológica brasileira no sentido de compreender as mutações do campo cultural do país tenha se dado com as elaborações pessimistas frankfurtianas em torno da “indústria cultural”, ele foi ampliado para outras referências teóricas. Ao abordar essa temática na sociologia brasileira, não há como não reconhecer a importância fundamental de Gabriel Cohn — em trabalhos como *Comunicação e Indústria Cultural* (1971) e *Sociologia da Comunicação. Teoria e Ideologia* (1973) — no processo de difusão dessa produção teórica e na constituição de um campo reflexivo em torno da indústria cultural dotado de especificidade própria, que construiu as bases para uma compreensão mais bem sistematizada acerca das transformações que se processavam no campo cultural brasileiro.

Na primeira obra — *Comunicação e Indústria Cultural* —, Cohn reúne e apresenta textos centrais que ainda não haviam sido publicados no país produzidos por autores que se dedicaram ao estudo da comunicação, da opinião pública e da indústria cultural na sociedade de massas contemporâneas, como Adorno e Habermas, abordando diversas questões conceituais e sociológicas vinculadas ao tema. Já no livro *Sociologia da Comunicação. Teoria e Ideologia*, baseado em sua Tese de Doutorado, o autor dedica seus esforços para a reflexão em torno das particularidades de um campo de investigação próprio para a sociologia da comunicação, a partir de um amplo diálogo com a literatura produzida sobre o tema. Tratava-se, em grande medida, de fundamentar uma estratégia de investigação sociológica em torno das relações entre sistemas simbólicos e sistemas sociais. Ao analisar nesta obra a relação entre público, elite e massa nas dimensões política, cultural e social, Cohn procura sustentar que é justamente na investigação das “mensagens”, tomadas enquanto componentes de “sistemas ideológicos”, produzidas e difundidas em grande escala em sociedades complexas, que devem se concentrar os problemas metodológicos e teóricos mais centrais à sociologia da comunicação.

Diversas obras sociológicas foram escritas ou publicadas nas décadas de 1960 e 1970 procurando compreender aspectos diferenciados da constituição da indústria cultural no Brasil. De maneira geral, a despeito das especificidades desses trabalhos, percebe-se certa similitude no que concerne à busca pelo entendimento das conexões entre o movimento de consolidação da indústria cultural e o próprio processo de expansão da modernização conservadora brasileira no contexto de um capitalismo dependente, periférico e desigual. Os livros publicados por Renato Ortiz relacionados a essa temática — com destaque para *Cultura Brasileira & Identidade Nacional* (1985) e *A Moderna Tradição Brasileira* (1988) — são exemplares no sentido de ilustrar o esforço para uma compreensão global da emergência da indústria cultural no Brasil, associando esse processo ao desenvolvimento do capitalismo nacional. Dentre outros aspectos, as obras de Ortiz expõem as diversas instituições e agências arquitetadas em diferentes contextos pelo Estado autoritário brasileiro — em especial no regime militar implantado em 1964 — para a configuração

de uma indústria cultural, a partir da expansão das políticas públicas direcionadas para a televisão, o cinema, o mercado editorial e a publicidade, assim como enfatizam as contradições e processos de exclusão associados a essa expansão dos bens simbólicos e culturais no país.

477

Objetivando compreender as particularidades da indústria cultural no Brasil, sob o impulso da modernização conservadora, a imaginação sociológica debruçou-se sobre a dinâmica de transformação das diferentes áreas relacionadas à produção de bens culturais e simbólicos, como a televisão, os jornais, a música e o cinema (ARRUDA, 2010). Diversos trabalhos foram produzidos nesse contexto a partir de preocupações semelhantes, como evidenciam as obras *Tio Patinhas e Os Mitos da Comunicação* (Orlando Miranda, 1976), *Acorde na Aurora. Música Sertaneja e Indústria Cultural* (Waldenyr Caldas, 1977) e *Do Jornalismo Político à Indústria Cultural* (Gisela Taschner Goldenstein, 1987). Um livro exemplar no sentido de ilustrar a agenda de investigações que ganhava força no campo sociológico brasileiro em diálogo direto com as transformações que ocorriam na esfera pública do país é *A Noite da Madrinha*, de Sergio Miceli, publicado em 1972. A partir do estudo do programa de auditório de Hebe Camargo, destinado predominantemente a um público situado nas faixas de renda média-alta e alta, Miceli objetiva compreender aspectos específicos da indústria cultural brasileira, em diálogo direto com as reflexões de Pierre Bourdieu e com diferentes perspectivas, teorias e abordagens, como a semiologia, o estruturalismo, a análise de conteúdo e a sociologia dos meios de comunicação de massa.

A análise deste programa de auditório de Hebe Camargo — inclusive a partir da comparação com outros produtos do gênero, como Chacrinha e Sívio Santos, destinados às classes mais populares — permite a Miceli a apreensão de um quadro de valores veiculado por um tipo de transmissão difundido pela indústria cultural que visava atingir certos grupos sociais, assim como compreender as condições e razões sociais que determinavam a existência e a eficácia relativa dos produtos simbólicos selecionados. Conforme enfatizado por Miceli, em uma sociedade como a brasileira, na qual os mercados material e simbólico não se encontravam unificados, os meios de comunicação de massa se constituíam como mecanismos estratégicos para uma ação “pedagógica” no sentido de ressocializar amplos contingentes da população pela imposição de um “habitus” de classe dominante, ao mesmo tempo em que contribuiriam para consolidar a formação simbólica dos setores médios, que já estariam integrados aos mercados material e simbólico dominantes. Dessa forma, os meios de comunicação, especialmente a televisão, estariam “a serviço do processo de unificação do mercado material e simbólico, que se traduz pela imposição ‘diferencial’ da cultura dominante” (MICELI, 1972, p.218).

A produção sociológica sobre a constituição da indústria cultural e de sua relação com a expansão da modernização e do capitalismo no país estimulou a reflexão sobre aspectos diferenciados da própria cultura brasileira. As décadas de 1960 e 1970 testemunharam o esforço da imaginação sociológica no sentido de inquirir as possibilidades de se pensar sobre a existência de uma cultura propriamente brasileira e sobre suas características. De um lado, diversos trabalhos procuraram investigar o papel do Estado, suas agências e intelectuais nos processos de configuração da identidade nacional e da cultura brasileira; de outro lado, variadas pesquisas focaram a atenção sobre segmentos e grupos específicos da sociedade civil que participavam dos embates em torno da conformação da cultura brasileira, quer no sentido de referendar as posições construídas pelo Estado nacional, quer com a intenção de resistir e construir visões alternativas. É interessante notar, nesse sentido, o quanto a questão cultural foi politizada no Brasil nesses anos, seja à esquerda,

seja à direita, se configurando como um dos principais campos de disputa pública para a definição dos cursos que o país seguiu.

478

A relação entre o Estado, os intelectuais e a cultura nacional foi analisada a partir de diferentes perspectivas por sociólogos brasileiros, tanto tomando como ponto de referência uma perspectiva histórica – como se evidencia nas obras *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil* (Sergio Miceli, 1979) e *Tempos de Capanema* (Simon Schwartzman, Helena Bomeny e Vanda Maria Ribeiro Costa, 1984) –, quanto em uma abordagem mais contemporânea – como presente na coletânea *Estado e Cultura no Brasil* (Sergio Miceli et. all, 1984). Se nos dois primeiros trabalhos, a despeito de suas singularidades e enfoques teóricos particulares, a preocupação se orientava no sentido de abordar as relações de cooptação que foram estabelecidas entre o Estado autoritário varguista e importantes intelectuais brasileiros, bem como em compreender a construção institucional de uma política cultural no país nas décadas de 1930 e 1940, a coletânea organizada por Miceli nos anos 1980 – que conta com artigos de diferentes sociólogos como Gabriel Cohn, Edmundo Santos Coelho e José Carlos Durand – procura analisar as mudanças ocorridas no âmbito da cultura na década de 1970, a partir da reflexão sobre as políticas públicas na área cultural, os mecanismos de estatização da atividade cultural e a dinâmica dos mercados de bens culturais.

Além do exame das indústrias televisa, fonográfica e editorial, a sociologia brasileira buscou investigar, ao longo desses anos, outra área diretamente vinculada à indústria cultural no Brasil, qual seja, a da publicidade. Defendida em 1979 como Dissertação de Mestrado no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo e publicada em 1985, a obra *A Embalagem do Sistema*, de Maria Arminda do Nascimento Arruda, ilustra com clareza a importância que esta temática adquiriu para a compreensão das relações existentes entre a expansão dos bens culturais e simbólicos e a consolidação do capitalismo no Brasil, abrindo novas possibilidades para se pensar, a partir de um ângulo diferenciado, a modernização conservadora no país. Neste trabalho, a autora procura compreender, dentre outros aspectos, a inscrição do país no mercado mundial de publicidade, além da própria dinâmica do mercado publicitário brasileiro, inserindo esses processos nas transformações ocorridas no modo de produção capitalista no Brasil após o impulso modernizador dos governos militares. A abordagem, fortemente influenciada pela análise da indústria cultural de Adorno e Horkheimer, recai sobre o estudo do mercado publicitário a partir da constituição do setor em termos empresariais, mediante uma investigação que retoma a história da publicidade, relacionando-a com os momentos fundamentais da industrialização no Brasil.

O que interessa a Arruda compreender é justamente a “*publicidade enquanto um componente fundamental da acumulação na etapa monopolista*” (ARRUDA, 1985, p.18, grifos da autora) e suas vinculações, através do imperialismo, com o processo de reprodução das economias maduras. Arruda se preocupa em analisar a configuração peculiar do sistema publicitário como um dos componentes fundamentais da reprodução do capitalismo retardatário brasileiro em uma estrutura oligopólica. O foco da autora, nesse sentido, recai sobre a forma assumida pela reprodução capitalista, na medida em que esta permitiria construir uma articulação analítica entre a publicidade e o capitalismo monopolista que se implantava no país. A especificidade do capitalismo brasileiro – que se manifestaria “na onipresença do Estado, na relevância das multinacionais, no atrofamento de parte do setor produtivo nacional, na concentração de renda que determina o consumo conspícuo, na própria publicidade e na indústria cultural” (Ibidem, p.189) – explicaria o fato de a publicidade ter assumido um papel preponderante na modernização quando comparada com as economias centrais. Além de construir esse diagnóstico do mercado publicitário

brasileiro, Arruda procurou demonstrar como os militares mobilizaram os instrumentos da indústria cultural, em especial os meios de comunicação de massa, para a propaganda política do regime, sendo eles, inclusive, os principais anunciantes, prática que não encontrava “precedente em nenhum país do mundo” (Ibidem, p.137).

479

Dessa forma, é interessante pensar *A Embalagem do Sistema* como um esforço imaginativo no sentido de compreender a dinâmica tardia do capitalismo brasileiro a partir do olhar sobre um ramo específico da indústria cultural, a publicidade, que permite evidenciar sua conexão com o processo de modernização conservador impulsionado pelos governos militares, e que trazia em seu bojo todas as contradições de um país atravessado por uma desigualdade social enorme e que paralelamente testemunhava um notável crescimento das agências de publicidade, sustentado na ampliação do consumo dos estratos sociais mais altos. Assim como em outros trabalhos da época, a obra de Maria Arminda do Nascimento Arruda contribui para expor a enorme contradição entre, de um lado, a expressiva ampliação da indústria cultural, de maneira geral, e do mercado publicitário, em particular, e, de outro, o aumento da desigualdade interna e dos mecanismos de dominação externa. Nesse sentido, é possível dizer que a incursão nos meandros da estrutura publicitária brasileira permite vislumbrar, a partir de ângulos diversos daqueles analisados nas seções anteriores, a face conservadora do processo de modernização brasileiro, caracterizado pela enorme presença das empresas multinacionais, pelo atrofamento de parte do setor produtivo nacional e pela abissal concentração de renda.

Conclusão

A análise que procurei construir ao longo deste artigo, centrada na reflexão em torno da temática da modernização conservadora, contribui para corroborar o diagnóstico sobre as ciências sociais, elaborado por Luiz Werneck Vianna, exposto na epígrafe que abre este texto, segundo a qual “tal como não se consegue entender a Alemanha do século XIX (...) sem seus filósofos, os brasileiros têm tido acesso à compreensão de seu país pelas ciências sociais”. Tomando como base as obras de Florestan Fernandes, *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*, de Luiz Werneck Vianna, *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, de Lucio Kowarick, *Espoliação Urbana*, e de Maria Arminda do Nascimento Arruda, *A Embalagem do Sistema*, e relacionando-as com outros trabalhos escritos entre os anos 1960 e 1970, busquei demonstrar a importância da imaginação sociológica no sentido de inquirir, a partir de diferentes perspectivas e olhares, o andamento conservador da modernização brasileira, sob o comando dos militares naquela conjuntura específica.

Analisando temáticas diversas como o desenvolvimento dependente, a revolução burguesa no país, a desigualdade na vida metropolitana e a conformação da indústria cultural, a imaginação sociológica brasileira teve papel fundamental no sentido de perscrutar as principais contradições daquele processo de modernização em curso que se relacionavam de diferentes maneiras e a partir de ângulos distintos com a expansão do capitalismo no Brasil ao longo dos anos 1960 e 1970. Revisitar as obras produzidas naquele contexto permite não somente compreender com maior clareza o papel da sociologia naquela conjuntura específica, mas perceber a importância que a imaginação sociológica pode desempenhar no sentido de problematizar, em uma perspectiva mais ampla, o andamento conservador da longa marcha da modernização brasileira.

(Recebido para publicação em outubro de 2014)

(Aprovado para publicação em novembro de 2014)

Cite este Artigo

480

PERLATTO, Fernando. Interpretando a modernização conservadora: a imaginação sociológica brasileira em tempos difíceis. **Revista Estudos Políticos**: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ). Rio de Janeiro, Vol. 5 | N. 2, pp. 461 – 481, dezembro 2014. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>.

Notas

1. Obras como *Os Dois Brasis* (1959), de Jacques Lambert, que teve ampla repercussão nacional, *Dualidade Básica da Economia Brasileira* (1963), de Inácio Rangel e *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1967), de Celso Furtado, são exemplares de interpretações que se baseavam em perspectivas dualistas para a compreensão dos desafios ao desenvolvimento colocados no Brasil e nos países latino-americanos.
2. Além da obra de Cardoso e Faletto, outros autores desenvolveram obras associadas à Teoria da Dependência, ainda que tenham adotado perspectivas teóricas diversas, como Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra.
3. A busca pela compreensão das características da revolução burguesa brasileira não se encerrou no campo sociológico, estando também presente, por exemplo, na produção da economia política (Caio Prado Junior, *A Revolução Brasileira*, 1966) e da ciência política (Wanderley Guilherme dos Santos, *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*, 1978).
4. Outros estudos desenvolvidos nesse contexto, que não se restringiram ao campo da sociologia, adotaram uma perspectiva histórica mais recuada no tempo, recorrendo à análise do período imperial para compreender as características do Estado brasileiro e as peculiaridades do processo de modernização do país. Entre estes trabalhos, vale destacar: *Os Donos do Poder* (Raymundo Faoro, 1975), *O Minotauro Imperial. A Burocratização do Estado Imperial* (Fernando Uricoechea, 1978) e *A Construção da Ordem. A Elite Política Imperial* (José Murilo de Carvalho, 1980).
5. Merecem também destaque duas teses publicadas por sociólogos neste período, que se orientaram pelas mesmas preocupações, a saber: *Politique et Développement Économique. Structure de Pouvoir et Système de Décision au Brésil (1930-1964)*, de Luciano Martins (1973) e *The Agrarian Roots of Conservative Modernization*, de Elisa Reis (1976).

Referências Bibliográficas

- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *A Embalagem do Sistema: a publicidade no capitalismo brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1985.
- _____. "Sociologia da Cultura e Sociologia da Comunicação de Massa: Esboço de uma Problemática". In: Martins, Carlos Benedito; Martins, Heloisa Helena T. de Souza. (orgs.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Sociologia*. São Paulo: Editora Barcarolla, 2010, pp.253-277.

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record/Cepal/Cofecon, 2000. 481
- BUARQUE DE HOLANDA, Chico & PONTES, Paulo. *Gota D'água*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. *Desenvolvimento Econômico e Transição Social*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- FERNANDES, Florestan. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- _____. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- _____. *A Sociologia numa Era de Revolução Social*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- IANNI, Octavio. *Sociologia da Sociologia: o pensamento sociológico brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- KOWARICK, Lucio. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MICELI, Sergio. *A Noite da Madrinha*. São Paulo: Perspectivas, 1972.
- _____. "Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais". In: Miceli, Sergio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré, 1989, pp.72-110.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: brasiliense, 1991.
- _____. *Ciências Sociais e Trabalho Intelectual*. São Paulo: Olho D'Água, 2003.
- PERLATTO, Fernando. *Sociologia Pública: imaginação sociológica brasileira e problemas públicos*. Rio de Janeiro: tese de doutorado. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.
- RIDENTI, Marcelo. *Em Busca do Povo Brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro, Record, 2000.
- SORJ, Bernardo. *A Construção Intelectual do Brasil Contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- VILLAS BÔAS, Gláucia. *Mudança Provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- WERNECK VIANNA, Luiz. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 4ª edição. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.
- _____. *A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Revan 2004.